

Universidade Federal de Uberlândia
Curso de Pedagogia a Distância

**Princípios e Organização do Trabalho do
Pedagogo I - POPT 1**

Prof. Robson Luiz de França

Princípios e Organização do Trabalho do Pedagogo I - POPT1

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/CAPES
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
REITOR
Alfredo Júlio Fernandes Neto

VICE-REITOR
Darizon Alves de Andrade

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DIRETORA E REPRESENTANTE UAB/UFU
Maria Teresa Menezes Freitas

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UFU
COORDENADOR UAB/UFU
Marcelo Tavares

SUPLENTE UAB/UFU
José Benedito de Almeida Júnior

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED - UFU
DIRETORA
Mara Rúbia Alves Marques

CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
COORDENADOR GERAL
Eucidio Pimenta Arruda

COORDENADORA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO
Diva Souza Silva

COORDENADORA DE TUTORIA
Marisa Pinheiro Mourão

EQUIPE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFU - CEaD/UFU

ASSESSORA DA DIRETORIA
Sarah Mendonça de Araújo

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
Alberto Dumont Alves Oliveira
Fabiano Goulart
Gustavo Bruno do Vale
João Victor da Silva Alves
Otaviano Ferreira Guimarães

RESPONSÁVEL PELO SETOR DE TECNOLOGIA
Eucidio Pimenta Arruda

RESPONSÁVEL PELO SETOR PEDAGÓGICO
Marisa Pinheiro Mourão

EQUIPE DO CURSO DE PEDAGOGIA
SECRETÁRIA
Patrícia Cardoso Rocha

APOIO PEDAGÓGICO
Larissa Brito Ribeiro
Maria Helena Cicci Romero

REVISORA
Carina Diniz Nascimento

ESTAGIÁRIOS
Ana Rafaella Ferreira Ramos
Bruna de Almeida Faleiros
Bárbara Freitas de Almeida
Danielle do Santos Ceretta
Laís Faria Monteiro
Lorraine Rodrigues de Vasconcelos
Luis Fernando de Freitas Gonçalves
Matheus Lacerda Domingos Medeiros
Pedro Henrique Soares Mendonça
Santusa Junqueira

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
INFORMAÇÕES	7
INTRODUÇÃO	8
AGENDA	10
SUMÁRIO SEMANAL	11
<i>Módulo I – Contextualização e justificativa da disciplina.</i>	11
I – TEXTO BÁSICO	12
1.1 Educação e Prática Social	12
1.2. Identidade, Formação e Atuação do Pedagogo no Brasil	14
1.2.1. Do conceito de Pedagogia à prática do profissional.	14
1.2.2. Pedagogia: teoria e prática da educação	15
1.2.3. História da Pedagogia	16
1.2 Estrutura da Escola e Formação dos profissionais de Educação na LDB Lei nº 4.024/1961	18
II – ATIVIDADES DO TEXTO BÁSICO	18
III – LEITURA COMPLEMENTAR	19
IV – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR	19
V - SÍNTESE DO MÓDULO	20
VI - REFERÊNCIAS	21
ANOTAÇÕES	22
SUMÁRIO SEMANAL	23
<i>Módulo II - O Curso de Pedagogia: o Especialista em Educação - Educação na Escola – origens, formação, atuação</i>	23
I – TEXTO BÁSICO	24
2.1 O Curso de Pedagogia: 2º modelo - o Especialista em Educação	24
2.2 Formação do Especialista de acordo com a Reforma Universitária – Lei nº 5.540/1968	24
II – ATIVIDADES DO TEXTO BÁSICO	26
III– VÍDEO BÁSICO	26
IV – ATIVIDADES DO VÍDEO BÁSICO	26
V - SÍNTESE DO MÓDULO	27
IV - REFERÊNCIAS	27
ANOTAÇÕES	28

SUMÁRIO

SUMÁRIO SEMANAL	29
<i>Módulo III - O contexto atual do Curso de Pedagogia: 3º modelo - a docência como base de formação</i>	29
I – TEXTO BÁSICO	30
3.1. O Curso de Pedagogia segundo a LDB nº 9394/96	30
3.2 Conceito de docência	31
3.3 O curso de Pedagogia e a docência sob a ótica da ANFOPE	32
II – ATIVIDADES DO TEXTO BÁSICO	33
III – LEITURA COMPLEMENTAR	34
IV - SÍNTESE DO MÓDULO	34
V - REFERÊNCIAS	35
ANOTAÇÕES	36
SUMÁRIO SEMANAL	37
<i>Módulo IV - O pedagogo e o redimensionamento da organização do trabalho escolar em uma perspectiva de reflexão sobre a prática</i>	37
I – TEXTO BÁSICO	38
4.1. A organização do trabalho escolar e a formação do pedagogo conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais	38
4.2 Organização do Trabalho Escolar	40
II – ATIVIDADES DO TEXTO BÁSICO	42
III – LEITURA COMPLEMENTAR	42
IV – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR	42
V– ATIVIDADES SUPLEMENTARES	43
VI - SÍNTESE DO MÓDULO	43
VII - REFERÊNCIAS	44

INFORMAÇÕES

Prezado(a) aluno(a),

Ao longo deste guia impresso você encontrará alguns “ícones” que lhe ajudará a identificar as atividades.

Fique atento ao significado de cada um deles, isso facilitará a sua leitura e seus estudos.



Destacamos alguns termos no texto do Guia cujos sentidos serão importantes para sua compreensão. Para permitir sua iniciativa e pesquisa não criamos um glossário, mas se houver dificuldade interaja no *Fórum de Dúvidas*.

INTRODUÇÃO

Prezado (a) aluno (a),

Esse guia apresenta uma visão geral da disciplina Princípios e Organização do Trabalho do Pedagogo I (POTP I), do Curso de Pedagogia a Distância da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil.

Esse material organiza os conteúdos da disciplina Princípios e Organização do Trabalho do Pedagogo I (POTP I) e é fundamental para a compreensão da origem da Pedagogia, seu papel social bem como sua contribuição para a organização do trabalho escolar. Nesse sentido, esse material veicula as orientações necessárias para que você saiba como realizar as atividades, a fim de aproveitar suas reflexões e discussões da melhor maneira possível.

Meu nome é Robson Luiz de França, sou professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e atuo nos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Já há alguns anos nosso trabalho tem se desenvolvido no campo do ensino com as disciplinas de formação de professores nos cursos de licenciatura e, no âmbito da pesquisa, participamos do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Educação e Formação Humana.

Vale lembrar que o objetivo central da nossa disciplina é a compreensão do trabalho educativo, desenvolvido na escola como forma de prática específica, que organiza e desenvolve finalidades sociais, bem como do processo histórico de formação e a atuação do pedagogo na escola a partir de um estudo sobre a atuação do pedagogo sob a perspectiva da reflexão-ação-reflexão.

Conteúdo básico

- Educação e prática Social.
- Identidade, Formação e Atuação do Pedagogo no Brasil.
- O Curso de Pedagogia: 1º modelo - o Técnico em Educação.
- O Curso de Pedagogia: 2º modelo - o Especialista em Educação.
- O contexto atual do Curso de Pedagogia: 3º modelo - a docência como base de formação.
- O Projeto de reformulação do Curso de Pedagogia da UFU – de 1986 aos dias atuais.

Objetivos

Objetivos Gerais:

- Compreender o trabalho educativo desenvolvido na escola como forma de prática específica que organiza e desenvolve finalidades sociais.
- Compreender e analisar o processo histórico de formação e a atuação do pedagogo na escola.
- Subsidiar estudos sobre a atuação do pedagogo sob a perspectiva de reflexão-ação-reflexão.

Objetivos Específicos:

- Compreender o processo de regulamentação e desenvolvimento da formação do pedagogo no Brasil: do técnico em educação e do especialista em uma abordagem crítica da docência como base da formação.
- Desenvolver análise crítica das funções, atribuições e organização do trabalho desenvolvido pelo especialista em educação (OE, SE, AE, IE).

Principais materiais

Os materiais que utilizaremos nesse módulo são: o texto impresso (guia de estudos que está com você e ainda disponível em arquivos no ambiente de aprendizagem), vídeos, textos e hipertextos além de atividades previstas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Tempo de dedicação nesse módulo

Você deverá separar do seu tempo, no mínimo, 10 horas semanais para dedicar-se às leituras, assistir ao vídeo proposto, elaborar as atividades de produção de conhecimento bem como participar das demais atividades previstas no Ambiente Virtual de aprendizagem.

Principais avaliações - formas de avaliação

- Participação em Fóruns.
- Realização de tarefas offline e online.
- Elaboração de textos dissertativos, resumos e prova discursiva.

AGENDA

AULA	MÓDULO	DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	AVALIAÇÕES
Semana 1	Módulo 1 – Contextualização e justificativa da disciplina - Educação e Prática Social.	<p>Atividade 1 – Leitura do Texto Básico</p> <p>Atividade 3 – Leitura do Texto Complementar</p>	<p>Atividade 2 - Atividade do texto básico (5 pontos)</p> <p>Atividade 4 – Realizar Atividade da Leitura Complementar (5 pontos)</p>
Semana 2	Módulo 2 – O Curso de Pedagogia: o Especialista em Educação - Educação na Escola – origens, formação, atuação.	<p>Atividade 5 – Leitura do Texto Básico</p> <p>Atividade 6 – Atividade do texto básico</p> <p>Atividade 7 – Assistir ao Vídeo Básico</p>	<p>Atividade 8 – Realizar atividade referente ao Vídeo Básico (10 pontos)</p>
Semana 3	Módulo 3 - O contexto atual do Curso de Pedagogia: 3º modelo - a docência como base de formação.	<p>Atividade 9 – Assistir a vídeo aula introdutória</p> <p>Atividade 10 – Leitura do Texto Básico</p> <p>Atividade 12 – Leitura do texto Complementar</p>	<p>Atividade 11 – Atividade do texto básico (10 pontos)</p>
Semana 4	Módulo 4 – O pedagogo e o redimensionamento da organização do trabalho escolar em uma perspectiva de reflexão sobre a prática.	<p>Atividade 13 – Leitura do texto básico</p> <p>Atividade 14 – Atividade do texto básico</p> <p>Atividade 15 - Leitura do Texto Complementar</p>	<p>Atividade 16 – Realizar Atividade da Leitura Complementar (5 pontos)</p> <p>Atividade 17 – Atividades Suplementares (5 pontos)</p>

Módulo I – Contextualização e justificativa da disciplina.

Conteúdos básicos do módulo 1

1. Contextualização e justificativa da disciplina.
 - 1.1. Educação e Prática Social.
 - 1.2. Identidade, Formação e Atuação do Pedagogo no Brasil
 - 1.2.1. Do conceito de Pedagogia à prática do profissional
 - 1.2.2. Pedagogia: teoria e prática da educação
 - 1.2.3. História da Pedagogia
 - 1.2.4. Estrutura da Escola e Formação dos profissionais de Educação na LDB Lei nº 4.024/1961

Objetivos do módulo 1

- Contextualizar a disciplina POPT1, sua finalidade e características.
- Entender a relação entre a Educação e seu papel social,
- Analisar as principais mudanças sociais no conceito de Educação e de Prática Social.
- Conhecer a história do curso de Pedagogia a partir do 1º. Modelo, ou seja, o modelo do Pedagogo como profissional com características de Técnico em Educação.
- Analisar os decretos que fundamentaram a profissão do Pedagogo.
- Entender o processo de regulamentação e desenvolvimento da formação do pedagogo no Brasil: do técnico em educação e do especialista em uma abordagem crítica da docência como base da formação.

I – TEXTO BÁSICO

1.1 Educação e Prática Social



Questão inicial 1:

Qual a relação entre Educação e Prática Social? Comente destacando os principais conceitos de Educação e Prática Social e as relações com o desenvolvimento social.

Questão inicial 2:

Qual o significado social da escola? É possível modificar o sentido da educação atualmente para um modelo de escola voltado para formação humana?

“Ninguém escapa de educação. Ela é condição necessária para a vida humana. Mas a educação é paradoxal: ao mesmo tempo que é instrumento de controle social, ela contribui para a modificação das condições existentes; ao mesmo tempo que oprime, liberta.” (Freire, 1991)

No atual contexto, reina, de forma absoluta, a idéia do pensamento uniforme, do consumo de produtos acima dos valores da vida humana, da depredação ambiental em detrimento do futuro das novas gerações, do lucro incessante apesar do esgotamento dos recursos naturais, da exploração da mão de obra, sem se considerar o valor do trabalho para o desenvolvimento humano. É nesse contexto que se justifica analisar a importância da Educação como Prática Social ou da relação entre Educação e Prática Social.

Primeiramente consideramos segundo Paulo Freire, a educação como prática de liberdade, tendo em vista que é necessário levar em conta a relação do sujeito com o mundo, sua condição de vida, seus desafios, sua consciência da história e da sua história, bem como sua capacidade de superação da desumanização.

Freire, 1991, enfatiza também a importância da Educação como condição de libertação, no sentido em que aponta que em nossos corpos, mentes e em toda a prática social está inserida a pedagogia do opressor. Esta pedagogia legitima sua prática domesticadora, negando ao homem o direito de ser mais do povo.

Por outro lado, percebemos que a educação como prática de liberdade pode ser entendida como um ato de reflexão crítica, ou seja, reflexão sobre a ação.

Portanto, para Paulo Freire o saber ler e escrever, saber utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações do

cotidiano constitui-se como prática social no sentido de se converterem como exercício pleno da cidadania, tanto no plano individual quanto em relação ao desenvolvimento de um país, no nível sócio-cultural e política.

É na relação entre o que é importante para o crescimento pessoal do indivíduo e o que é importante para seu contexto social que se apresenta a educação.

A relação entre a educação e a prática social se dá na elaboração de valores que são substancialmente fundamentais para o sujeito individualmente e que atinge também seu contexto social. É nessa linha que a educação tem sido instrumento de reprodução de classe social e de ideologias. Isto porque não demorou muito para que as classes sociais privilegiadas percebessem a educação como instrumento valioso para a propagação dos bens sócio-históricos e culturais.

Historicamente, a organização das primeiras atividades educativas buscou envolver o ensino dos rudimentos da língua escrita. Mais do que isso, elas parecem revelar algumas das sementes da segregação social lançadas em solo brasileiro por meio dessas ações. Razões pelas quais, desde o império, tivemos um número considerável de pessoas que não sabiam ler e escrever.

Os filhos das famílias mais abastadas aprendiam a ler e a escrever em seus próprios lares com um preceptor, e o ensino da leitura e da escrita foi considerado, durante muito tempo, como responsabilidade mais da família do que propriamente do Estado.

Com o tempo, a educação passa a ser vista, pelos pais, como a esperança de ascensão social, poupando seus filhos de um futuro de trabalhos considerados rudes e mal remunerados. Sob esses novos parâmetros, não é de se estranhar também que o domínio da leitura e da escrita, por uma parcela maior da população, passasse a ser entendido como algo cada vez mais necessário, tanto para a sociedade, quanto para o indivíduo no que se refere a sua possibilidade de ascensão social.

No entanto, até meados dos anos 1980, o acesso à escola continuava restrito às camadas com maior poder sócio-econômico e político, uma vez que era preciso manter a hegemonia dessas camadas promovendo as desigualdades sociais e econômicas entre as classes. Havia a crença de que as crianças advindas de classes sócioeconômicas menos favorecidas apresentavam mais dificuldades para aprender, devido às “carências” de alimentação, social, leitura, escrita, saúde etc. Essa identificação promoveu, por exemplo, a elaboração de diversos programas sociais/escolares tais como: merenda na escola, doação de livros didáticos, serviços de saúde escolar, doação de material escolar etc. No entanto, ainda se verifica a precariedade do processo de educação ocasionado por fatores: socioeconômicos, políticos e culturais que arrastam a educação desde o período imperial e cujas sombras se perpetuam em nossa sociedade.

Nessa linha, apontamos que qualquer discussão sobre educação e sua relação com a prática social deve considerar essa última como uma atividade que não se manifesta como fenômeno ou fato, mas todo um conjunto de atividades humanas que se diferenciam de qualquer comportamento “natural”. Assim só há prática humana quando nela se identifica uma dimensão social. Ela está inserida no processo cultural, produzido historicamente. Isto é, produzido na relação de interação intencional entre os seres humanos e na relação entre homens e mulheres com a natureza e com o mundo das coisas.

Toda a vez que o ser humano, por meio de uma atividade, busca atender a uma de suas necessidades, como, por exemplo, a busca de alimento para saciar sua fome, essa atividade é prática intencional, pois envolve o estabelecimento de raciocínios, relações, reflexão, abstração, significação.

É necessário ainda registrar que nenhuma prática, justamente por ser humana, pode prescindir de elementos teóricos. Ela é atividade que incorpora uma reflexão sobre o mundo, sobre a vida, sobre si mesma, enquanto parte constitutiva indispensável da *humanidade do homem*.

É pela mediação realizada pela consciência que o homem percebe e entende a natureza, os outros homens e a sociedade. É pela incorporação de uma teoria das relações sociais que os homens se relacionam, se reproduzem e produzem e reproduzem o mundo em torno de si mesmos.

Toda atividade educacional que se concretiza em *relações pedagógicas* é, portanto, uma *prática social* que apresenta características históricas, implicações teóricas e compromissos políticos. Justamente por ser a educação uma prática social que se concretiza por meio da relação pedagógica entre os sujeitos que a

realizam.

Neste sentido, nosso grande desafio está em não nos deixar levar por reducionismos na análise da prática educativa, limitando-nos apenas a um aspecto (ou, mesmo considerando vários aspectos, deles tratar isoladamente), o que caracterizaria unilateralidade. É preciso considerar as dimensões individuais e coletivas – ocupar o lugar de protagonista no cenário pedagógico, pois é nele, por ele e para ele que a ação educativa acontece.

É na educação que necessariamente, os aspectos cognitivos, afetivos, socioeconômicos, políticos e culturais interagem em função de resultados também concretos. Assim, a prática social pedagógica, tal como acontece em cada “aqui e agora”, se faz pela linguagem, fazendo e produzindo linguagem. Por isso mesmo, a didática que, sem dúvida alguma, é uma questão de meios, só pode dar conta desses quando se assume, primordialmente, como uma questão epistemológica e, mais ainda, uma questão cultural.

1.2. Identidade, Formação e Atuação do Pedagogo no Brasil

1.2.1. Do conceito de Pedagogia à prática do profissional.



Partimos do princípio de que a definição de um conceito para a Pedagogia, enquanto ciência é controverso, tendo em vista as diversas interfaces com outras áreas do conhecimento necessárias para a compreensão do objeto de estudo da Pedagogia. Vale salientar que em alguns países europeus, a Pedagogia é considerada como uma ciência, no entanto em diversos outros, o conceito de Pedagogia se confunde com o de Didática. No Brasil é recorrente a definição do conceito de Pedagogia como o de formação de professores ou curso de formação pedagógica de professores.

Não negamos o caráter de formação docente forte no curso de Pedagogia, porém é preciso ainda buscar uma identidade conceitual própria. Apesar das controvérsias desse campo, entendemos conforme Libâneo e Pimenta, 1999 a Pedagogia como um campo científico e profissional.

Segundo Libâneo a

“Pedagogia é, antes de tudo, um campo científico, não um curso. O curso que lhe corresponde é o que forma o investigador da educação e o profissional que realiza tarefas educativas seja ele docente ou não diretamente docente. Somente faz sentido um curso de pedagogia pelo fato de existir um campo investigativo - o da pedagogia - cuja natureza constitutiva é a teoria e a prática da educação ou a teoria e prática da formação humana” (1999:12)

Vale considerar que a Pedagogia possui naturalmente uma abordagem transdisciplinar, pois relaciona diversas teorias de diferentes ciências que lhe dão suporte na explicação e estudo do fenômeno educativo, tais como a Psicologia, Sociologia, História, Filosofia, Biologia, Antropologia, Neurologia, Economia dentre outras.

Dessa maneira, a Pedagogia pode também constituir-se em um campo de conhecimento prático, pois

consegue estabelecer relação com diferentes formas e tipos de conhecimentos. O ponto de partida desse conhecimento é a mediação dos princípios éticos e políticos.

Nesse sentido, historicamente a Pedagogia teve seu desenvolvimento aliado ao ensino, à docência ou prática educacional, portanto, entender o conceito de Pedagogia é também compreender o conceito de docência ou prática educacional.

Assim, o conceito de Pedagogia pode apresentar-se em dois aspectos: a) ciência da educação e b) o conceito da ciência que estuda as teorias da Educação.

Nessa linha, depreende-se que toda a educação pode corresponder a uma Pedagogia, tendo em vistas as diversas teorias do ato de ensinar e de aprender.

Portanto, em uma definição sintética, Pedagogia, palavra oriunda do grego *paidagogia*, é a teoria e ciência da educação e a arte de ensinar. A Pedagogia compreende um conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação baseados no estudo de idéias de determinada concepção de vida (filosofia), e no aprofundamento de algumas ciências humanas (psicologia, sociologia etc). A Pedagogia tende para um objetivo prático definido através de meios (processos e técnicas de ensino) eficientes para alcançá-lo.

1.2.2. Pedagogia: teoria e prática da educação

Há uma idéia recorrente, inclusive entre os próprios pedagogos, de que Pedagogia é o modo de ensinar; tem pedagogia quem ensina bem. Uma pessoa estuda ou se serve da pedagogia para ensinar melhor a matéria, utilizar técnicas de ensino; desse modo, o pedagógico seria o metodológico. Tal entendimento poderia até ser compreensível, caso fosse atribuído a professores de matérias sem vínculo direto com a educação, ou seja, profissionais do ensino mais ou menos leigos em relação ao campo investigativo da educação. Mas seria impróprio aos professores ligados ao campo da educação manter uma idéia de senso comum sobre o caráter do pedagógico.

Há, de fato, uma tradição na história da formação de professores no Brasil, segundo a qual pedagogo é alguém que ensina algo. Essa tradição teria se firmado no início da década de 30 com a influência tácita dos chamados “pioneiros da educação nova” que entendiam ser esse curso específico para a formação de professores das séries iniciais da escolarização obrigatória. O raciocínio que teria dado suporte a essa idéia é simples: educação, ensino, dizem respeito a crianças (inclusive porque o “peda” do termo pedagogia vem do grego “paidós” que significa criança). Ora, ensino dirige-se a crianças, então quem ensina para crianças é pedagogo. E para ser pedagogo, ensinador de crianças, faz-se um curso de pedagogia, isto é, um curso que forma professores para ensinar crianças. Foi essa idéia que permaneceu e continua recorrente na experiência brasileira de formação de professores (alguns educadores a chamam de “conquista histórica”). Aliás, a aceitar esse raciocínio, também os cursos de licenciatura deveriam receber a denominação de cursos e pedagogia, porque preparam professores para ensinar crianças e jovens.

Conceber o curso de pedagogia como destinado apenas à formação de professores é, a meu ver, uma idéia muito simplista e reducionista. A pedagogia ocupa-se, de fato, da formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos; diz respeito ao estudo e à reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder se tornar uma instância orientadora do trabalho educativo.

Trata-se, pois, de entender a pedagogia como prática cultural, forma de trabalho cultural que envolve uma prática intencional de produção e internalização de significados. É esse caráter de mediação cultural que explica as várias educações, suas modalidades e instituições, entre elas a educação escolar. Também daí decorrem as várias projeções do educativo em projetos nacionais, regionais, locais que expressam intenções e ações materializadas nos currículos.

Mas há, ainda, um elemento importante do conceito de educação a ser destacado. A educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais. Numa sociedade em que essas relações se dão entre grupos

sociais antagônicos, com diferentes interesses, em relações de explorações de um sobre o outro, a educação só pode ser crítica, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações. Isso significa que pedagogia lida com o fenômeno educativo como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade em que vivemos. É por isso que a pedagogia expressa finalidades sócio-políticas, ou seja, uma direção explícita da ação educativa relacionada com um projeto de gestão social e política da sociedade. Reafirmar o caráter pedagógico da prática educativa, é ressaltar que a pedagogia, a par de sua característica de cuidar dos objetivos e formas metodológicas e organizativas de transmissão de saberes e modos de ação em função da construção humana, se refere, explicitamente, a objetivos éticos e a projetos políticos da gestão social.

Podemos, finalmente, resumir:

a) A Pedagogia é teoria e prática da educação. Mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnicos profissionais, investiga a realidade educacional sempre em transformação, para explicar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão- assimilação de saberes e modos de ação. Ela busca o entendimento global e intencionalmente dirigido dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação.

b) O pedagogo é o profissional que atua em várias instancias da prática educativa direta ou indiretamente ligada à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetiva de formação humana previamente definida em sua contextualização histórica.

Esse entendimento permite-nos apontar três tipos de pedagogos:

1) pedagogos lato-senso - todos os profissionais que se ocupam de domínios e problemas da prática educativa em suas várias manifestações e modalidades

2) pedagogos stricto sensu - especialistas que, sempre com a contribuição das demais ciências da educação e sem restringir sua atividade profissional ao ensino, se dedicam a atividades de pesquisa, documentação, formação profissional, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e outras instituições.

3) pedagogos stricto sensu - professores do ensino público e privado que atuam em todos os níveis e modalidades de ensino.

Vê-se que se torna bastante empobrecedor, sob o ponto de vista conceitual, identificar pedagogia com docência. Na verdade, a docência subordina-se à pedagogia, uma vez que o ensino é um tipo de prática educativa, vale dizer, uma modalidade de trabalho pedagógico. Dessa forma, o trabalho docente é trabalho pedagógico porque é uma atividade intencional, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente.

COMENTÁRIO: Assim, o bacharel em Pedagogia, formado após 3 anos de estudos era reconhecido como “técnico em educação”, embora sua função nunca tenha sido bem definida. Com mais ano de estudos em Didática, o licenciado dirigia-se para o magistério nas antigas Escolas Normais. “Com essa configuração o bacharelado em Pedagogia percorria um caminho oposto aos demais bacharelados. Estudavam-se generalidades como conteúdo de base e superpunha-se o específico num curso à parte – o de didática da Pedagogia” (BRZEZINSKI, 1996, p. 44).

1.2.3. História da Pedagogia

A) Origem da Pedagogia

A Pedagogia surgiu no século XVII e teve como um dos principais iniciadores o monge João Comênio (Amós Comenius). Comenius estabeleceu que a criança e o estudante, em geral, mereciam cuidados especiais para que a aprendizagem fosse, de fato, efetiva e, ao mesmo tempo, prazerosa, além disso, que a mesma deveria acompanhar o processo de maturidade da criança. Aprende-se a partir do processo simples ao mais

complexo. Ao mesmo tempo, comparou a aprendizagem à natureza, ou seja, da mesma forma em que ocorre o desenvolvimento natural de uma planta, ocorre o mesmo com os seres humanos.

Parece, portanto, que após a sistematização apresentada por Comenius, o interesse de diversos outros pensadores despertou-se e, aos poucos, esses transformaram paulatinamente as propostas educativas. Destaca-se a proposta do francês Jean Jacques Rousseau, no século XVIII, que apresenta o prenúncio de uma escola denominada Nova por demonstrar a importância da educação para vida existencial do homem e a importância dessa educação para inseri-lo no contexto social.

Os métodos de ensino sucederam-se uns aos outros, sempre com o intuito de oferecer ao aluno uma aprendizagem de acordo com a sua faixa etária. No decorrer do tempo, a Pedagogia, com seus objetivos e currículo pertinentes florescia, sempre direcionada à eficiência e eficácia do ensino, tomando por fim forma de curso, emancipando-se na Europa e nos Estados Unidos.

E no bojo das discussões sobre as diversas tendências pedagógicas bem como dos métodos de ensino e de aprendizagem, do sentido social da educação, da educação crítica e politizadora, da sociedade e do trabalho e clara da otimização da formação do Pedagogo dependeram esses fatos.

B) O Curso de Pedagogia no Brasil

Pretendemos apresentar um breve esboço histórico do Curso de Pedagogia no Brasil, especificamente a formação do pedagogo, mostrando como esse curso vem se apresentando ao longo dos anos.

Para compreender como se processa a formação do pedagogo no Brasil, é necessário considerar as diversas reformas levadas a cabo nas últimas décadas, considerando esse momento é oportuno, pois o Curso de Pedagogia está sendo discutido de forma ampla pelos vários segmentos da sociedade brasileira.

O Curso de Pedagogia foi criado na década de 30 e estruturado oficialmente no Brasil em 1939, no bojo das discussões e debates sobre a criação das primeiras universidades brasileiras. A criação da universidade brasileira nos anos 30,

ocorreu como reflexo dos movimentos da intelectualidade nacional, sobretudo das ações Associação Brasileira de Educação - ABE, durante Inquérito sobre o Ensino Universitário e as Conferências Brasileiras de Educação (BRZEZINSKI, 1996, p.30).

Retomando a história da educação brasileira, verificamos que essa tem sua origem nos cursos pós-normais, realizados nas antigas escolas normais. Já no final do Império, com a expansão da escola elementar, passou-se a exigir a formação do professor em nível médio, na escola normal. No século XX, surgiram as primeiras experiências dos cursos pós-normais, gérmen dos cursos superiores de formação do pedagogo. A expansão desses cursos ocorreu paralelamente à das escolas normais, estabelecidas em todo o Brasil nos anos 60 da República.

O curso de Pedagogia estruturou-se no Brasil em 1939 e foi instituído no meio acadêmico por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, “através do Decreto-Lei nº 1190 de 4 de abril de 1939, visando a dupla função de formar bacharéis e licenciados para várias áreas, inclusive para o setor pedagógico, ficou instituído como o chamado “padrão federal” (SILVA, 1999, p.33).

Segundo esse padrão, todas as instituições de ensino superior tiveram que adaptar os seus currículos básicos. Nesse decreto-lei foi mantida a formação do professor primário na escola normal e a formação do professor secundário com três anos de bacharelado, mais um ano de didática, no ensino superior.

Assim, o bacharel em Pedagogia, formado após 3 anos de estudo era reconhecido como “técnico em educação,” embora sua função nunca tenha sido bem definida. Com outro ano de estudo em Didática, o licenciado dirigia-se para o magistério nas antigas Escolas Normais. “Com essa configuração o bacharelado em Pedagogia percorria um caminho oposto aos demais bacharelados.

É importante ressaltar que as iniciativas de desenvolver estudos pedagógicos de caráter público em nível superior com o objetivo de formar professores iniciaram-se no Estado de São Paulo, a partir da década de 1920 com a criação da Faculdade de Educação da USP. Fato ocorrido após a reforma da Escola Normal da Capital. Constituído como o primeiro modelo de escola superior de formação de professores, não adquiriu

muito crédito em relação aos demais cursos superiores, talvez porque tivesse a duração de dois anos, enquanto os demais duravam, no mínimo, quatro anos.

Essa Escola não chegou a ser efetivada e, com o passar dos tempos, desapareceu dos textos que regulamentaram a sua criação. Durante as primeiras décadas republicanas, as tentativas de se elevar os estudos de formação de professores ao nível superior permaneceram apenas como projeto. A partir da origem da Escola Normal Superior da USP foram criadas as primeiras universidades brasileiras.

Conforme Brzezinski (1996), a Escola Normal constituiu-se como o local obrigatório para formar professores para atuar na escola fundamental, na escola complementar e na própria Escola Normal. A formação em nível superior, enquanto durou o Império, limitou-se às escolas de medicina, de direito e de engenharia. Antes do período republicano, a formação para o magistério efetivava-se para Escola Normal e, com raras exceções, consistia em cursos anexos aos já criados liceus.

Feitas essas considerações preliminares sobre o surgimento do Curso de Pedagogia, os estudos têm demonstrado que esse curso, desde a sua criação, tem sido ameaçado de extinção, pois até os dias atuais questionam-se as reais funções do profissional formado nesse curso. O problema apontado é em relação à especificidade de seu conteúdo, a identidade do profissional, sem falar nas inúmeras regulamentações que sofreu ao longo do tempo.

1.2 Estrutura da Escola e Formação dos profissionais de Educação na LDB Lei nº 4.024/1961

Segundo histórico apresentado por Brzezinski (1996) com a LDB nº 4.024/1961, artigo 59, dois caminhos separados foram estabelecidos para a formação de professores: os ingressantes nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que se destinassem ao magistério no ensino médio. Em Cursos Especiais de Educação Técnica os que se habilitassem para disciplinas do ensino técnico. Esse artigo, porém, demorou a ser regulamentado, o que aconteceu apenas em 1967 e 1968.

Antes dessa regulamentação, o MEC chegou a tomar algumas iniciativas. Em 1961, baixou portaria (Portaria Ministerial nº 141/61) sobre normas para registros de professores do ensino industrial, e o Conselho Federal de Educação emitiu parecer para aprovar o Curso Especial de Educação Técnica em Cultura Feminina, destinado a formar o magistério de Economia Doméstica e Trabalhos Manuais. O MEC definiu, também, em portaria, a carga horária (800 h/a) e o número mínimo de dias letivos (180) para o Curso de Didática do Ensino.

O Parecer do CFE nº 12/1967 foi o primeiro dispositivo de regulamentação dos Cursos Especiais de Educação Técnica previstos pela LDB nº 4.024/61 e teve basicamente o objetivo de esclarecer a finalidade desses cursos. Com base nesse Parecer, a Portaria Ministerial nº 111/68 esclareceu que tais cursos seriam destinados aos diplomados em nível superior ou em nível técnico em cujos currículos figurassem as disciplinas escolhidas para lecionar e definiu o mínimo de 720 horas-aula. Cursos reservados a formar instrutores teriam, pelo menos, 200 horas-aula. O Art. 59 foi também regulamentado pelo Parecer CFE nº 479/68, que estabeleceu a obrigatoriedade de seguir currículo mínimo e as orientações do Parecer nº 262/62, que fixava a duração da formação dos professores do ensino médio geral, incluindo as posteriores disposições que viessem modificar, esclarecer ou substituir tal dispositivo.



II – ATIVIDADES DO TEXTO BÁSICO

Prezado (a) aluno(a),

Você concluiu a leitura que retrata de forma mitigada a história do curso de pedagogia bem como as principais mudanças ocorridas no contexto, portanto você deverá responder com base no texto básico sobre: Qual o significado social da escola? É possível modificar o sentido da educação atualmente para um modelo de escola voltado para formação humana?

Poste essa atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem para a correção do seu tutor.

Valor: 5 pontos



III – LEITURA COMPLEMENTAR

Prezado(a) aluno(a),

Para ampliar as informações sobre os saberes trabalhados no módulo 1 e complementar o estudo realizado, acesse o link abaixo:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001582.pdf>

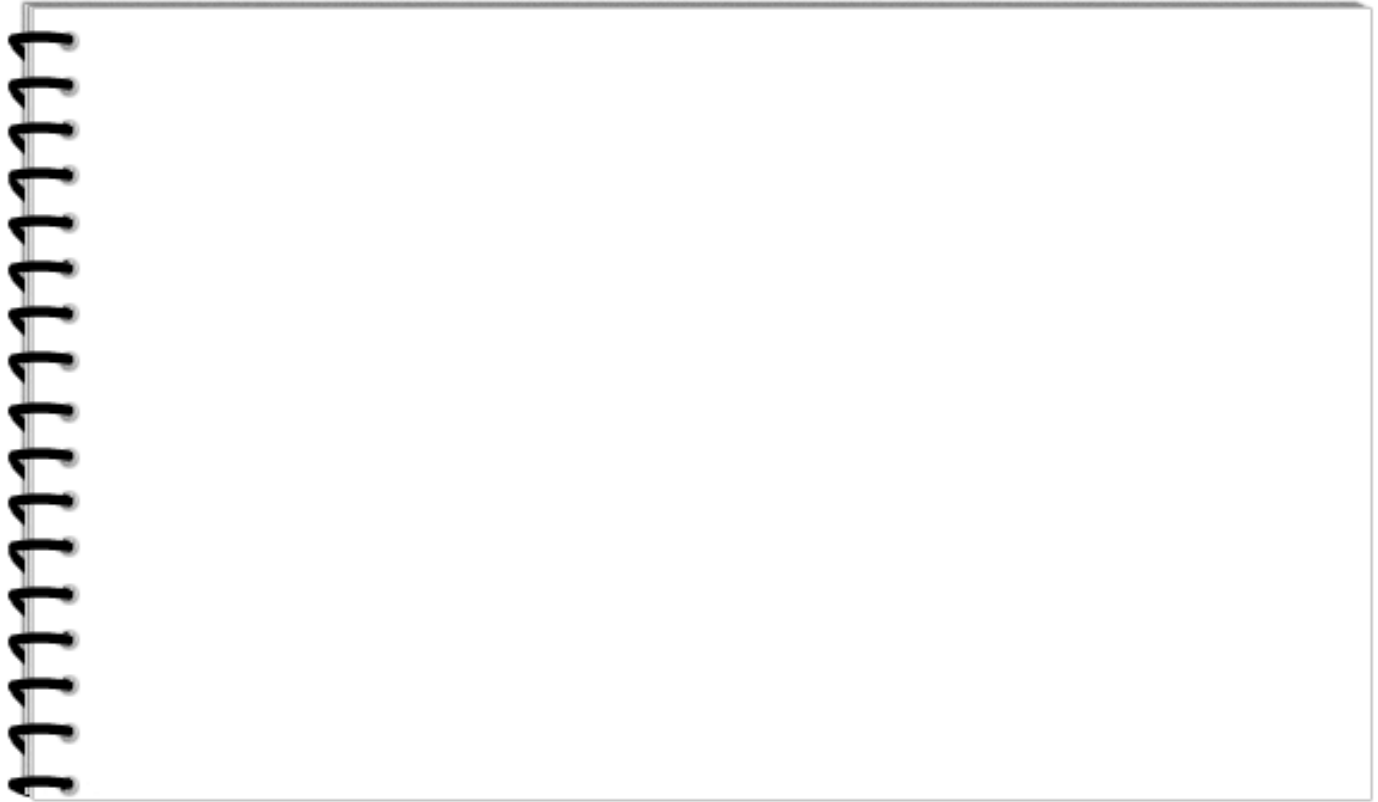
Nesse endereço eletrônico, você acessará o livro intitulado “A Educação e a Crise Brasileira” de Anísio Teixeira (Leitura das páginas 23 à 51).



IV – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR

Prezado(a) aluno(a),

Após a leitura do texto complementar você deverá elaborar uma síntese sobre a importância da educação para a sociedade e para o indivíduo



Poste essa atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem para a correção do seu tutor.

Valor: 5 pontos



V - SÍNTESE DO MÓDULO

Nesse módulo você viu:

Você pôde perceber a importância da Educação como Prática Social tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

Você pode avaliar, portanto, que quanto mais adquirimos conhecimento melhor será para a nossa compreensão e apreensão do meio que nos cerca; logo conhecer o mundo é conhecer a si mesmo, considerando nosso papel como seres para o mundo e para nossa própria história.

Uma breve história da educação e da formação do profissional da educação, sua formação e natureza de trabalho. Conheceu brevemente a história do curso de Pedagogia no Brasil, bem como suas principais mudanças.



VI - REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Íria (org.). **Formação de Professores: um desafio**. Goiânia: UCG, 1996.

_____. **A Formação do Professor para o Início da Escolarização**. Goiânia: UCG, 1997. (série: teses universitárias)

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11ª ed. São Paulo: Autores Associados, CASTRO, Magali. **Curso de Pedagogia: Novos Questionamentos em torno de Uma Velha Identidade**. *Ensaio Oral Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, vº 9, nº 31, 2001.

VIGOTSKY, L. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1987.

ARROYO, Miguel G. O. **Ofício de mestre**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, 1991.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. Paz e Terra, 2001.

_____, **Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais Transformadores: rumo a uma nova pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médias 157-163.

Leitura complementar

BRZEZINSKI, Íria. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores**. Campinas, SP: Papyrus, 1996. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para que?** São Paulo, Cortez, 1998.

Módulo II - O Curso de Pedagogia: o Especialista em Educação - Educação na Escola – origens, formação, atuação

Conteúdos básicos do módulo 2

- O Curso de Pedagogia: 2º modelo - o Especialista em Educação
- Formação do Especialista segundo a Reforma Universitária – Lei nº 5.540/1968

Objetivos do módulo 2

- Ao final desse estudo, esperamos que você, aluno(a), possa:
- Conhecer a mudança na formação especialista da Educação a partir da Reforma Universitária, ocorrida com a sanção da Lei 5.540/1968 e demais legislações regulamentadoras da profissão do pedagogo e do docente especificamente.
- Analisar o conceito de especialista da educação e seu impacto na caracterização da atuação do professor e do pedagogo.

I – TEXTO BÁSICO

2.1 O Curso de Pedagogia: 2º modelo - o Especialista em Educação



Questão inicial:

Qual o conceito de escola pública e privada nas representações construídas ao longo do debate sobre o papel do Estado na educação, durante os anos 50 e 60 do século XX?



2.2 Formação do Especialista de acordo com a Reforma Universitária – Lei nº 5.540/1968

A Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) fez uma exigência que foi, porém, logo em seguida preterida: determinou que a formação de todos os professores do ensino de segundo grau, tanto para disciplinas gerais quanto técnicas, deveria se dar em nível superior. Normas complementares (Art. 16 do Decreto-Lei nº 464/69) argüíram, contudo, que não havendo professores e especialistas formados em nível superior, exames de suficiência realizados em instituições oficiais de ensino superior, indicadas pelo CFE, poderiam conferir-lhes essa habilitação. Tal Decreto-Lei estabelecia, contudo, um prazo de cinco anos para a regularização da situação dos não diplomados em nível superior que, na data da publicação da Lei nº 5.540/68, ministravam disciplinas específicas no ensino técnico ou exerciam funções de administração e de especialistas no ensino primário, exigência que não foi, entretanto, atendida.

A carência de professores de ensino técnico, habilitados em nível superior, exigência da Lei nº 5.540/68, levou o MEC a ser autorizado, em 1969, a organizar e coordenar cursos superiores de formação de professores para o ensino técnico agrícola, comercial e industrial. Criou-se uma agência executiva no Departamento de Ensino Médio do MEC (Fundação Cenafor ou Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional), e o CFE emitiu pareceres de orientação.

Foram, então, desenhados cursos emergenciais, denominados Esquema I e Esquema II. Os primeiros, para complementação pedagógica de portadores de diploma de nível superior. Os segundos, para técnicos diplomados, incluíam disciplinas pedagógicas do Esquema I e as de conteúdo técnico específico.

Nessa época, chegou-se a planejar a formação de professores para a formação profissional. Em 1970, o CFE aprovou um plano nesse sentido e outro adicional para concurso vestibular e currículos. Em 1971, surgiu outro plano para a formação de professores para disciplinas especializadas, voltado para o ensino médio, em geral, visando atender o previsto na Lei 5.692/711.

É interessante observar que, com a publicação do parecer nº 252/69, o Conselho Federal de Educação – CFE apresentou uma nova concepção e regulamentação para o Curso de Pedagogia que se inseriu no contexto de uma reformulação geral de currículos mínimos e, em decorrência, dos princípios básicos da Reforma Universitária (Lei 5.540/68). Nessa concepção, o curso deveria formar especialistas com habilitações que

correspondessem às especialidades previstas na Lei. O Parecer 252/69 oferecia, ainda, a perspectiva de criação de outras habilitações que o Conselho Federal de Educação julgasse necessárias ao desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, o curso Pedagogia cuja finalidade era a formação de profissionais para a Educação, passa a ter, então, duas características na grade de formação: uma de formação geral e outra profissionalizante (segundo a linha apresentada na reforma instituída pela Lei 5.540/68). Portanto, o título do profissional Pedagogo, nesse contexto, era o de licenciado. Dessa forma, o profissional da pedagogia exerceria suas atividades nas escolas de 1º. e 2º. Graus.

Silva, 1999 salienta que o pedagogo era identificado como um profissional que reduzia a educação à sua dimensão técnica, pois o currículo proposto era predominantemente generalista.

Portanto, entende-se que o Parecer do CFE n. 252/69 aboliu a distinção entre bacharelado e licenciatura em Pedagogia e introduziu a proposta da formação dos “especialistas” em Administração Escolar, Inspeção Escolar, Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional ao lado da habilitação para a docência nas disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores. Ficou definido o título de licenciado como padrão a ser obtido em qualquer das habilitações. Essa decisão derivou do entendimento de que “os portadores do diploma de pedagogia, em princípio, sempre devam ser professores do ensino normal”. Dessa forma, determinou que a disciplina Didática fosse incluída como obrigatória no currículo, inserida no Núcleo Comum do curso. Com relação ao direito aos pedagogos à docência no ensino primário, o Parecer n. 252/69 aponta que legalmente “quem pode mais pode o menos”, ou seja, quem prepara o professor primário tem condições de também ser professor primário.

Entretanto, foi considerada prematura a criação de uma habilitação para essa área; assim, definiram-se alguns estudos mínimos para aquisição desse direito. A obrigatoriedade do estágio supervisionado foi determinada pela Resolução n. 2/69, porque se entendia que um curso da área da Educação deveria ter uma prática das atividades correspondentes a sua habilitação.

Na década de 1970, ocorreram algumas manifestações e tentativas dos conselheiros do Conselho Federal de Educação de reformular as Diretrizes do Curso.

Segundo Chaves (1980), nesse período o CFE aprovou a Resolução anexa à Indicação n. 70/76 que previa que a formação de especialistas não-docentes para a escola de 1º e 2º graus fosse realizada por meio das “habilitações acrescentadas aos cursos de licenciatura”. Parece ser esse o momento dos “apêndices” – disciplinas pedagógicas (Didática, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação e ou Estrutura e Funcionamento do Ensino) – oferecidas nos cursos de licenciatura que completariam a carga horária do bacharel, formando assim o professor.

Esse modelo perdura ainda até os dias atuais, cumpre, portanto a visão reducionista da formação do professor caracterizada por um conjunto de três ou quatro disciplinas como suficientes para a formação desse profissional.

Conforme afirmado anteriormente, a regulamentação da Lei 5.540/68, através do Parecer 252/69, definiu que o Curso de Pedagogia, integrado à Faculdade de Educação, formaria o profissional que atuaria nas matérias pedagógicas do Curso Normal e os especialistas da educação para o desenvolvimento de atividades de Orientação, Administração, Supervisão e Inspeção nas unidades escolares ou estruturas do sistema educacional.

A figura apresentada nesse contexto era a da ótica do tecnicismo profissionalizante; a lei prevê a formação do especialista da educação, tendo em vista que a função desse pedagogo estaria voltada para o planejamento e controle do processo educativo. O profissional da educação, na função docente, passa a ser considerado o executor de técnicas e métodos cuidadosamente elaborados, com precisão e objetividade, com controle externo.

Vale lembrar que nos últimos anos, a formação básica do especialista continuou acontecendo na graduação, com complementação de estudos em Curso de pós-graduação na área. O curso de Pedagogia formou também o profissional da educação para atuar nas Séries Iniciais de 1ª à 4ª série, Educação Infantil e Educação Especial. Nessa linha, as habilitações no que se refere à formação do pedagogo eram definidas pela docência ou a

especialização para atuar no sistema educacional, segundo VEIGA, 1997.

A importância dos anos 1980 para a educação reside nas reflexões sobre a relação com o compromisso da educação como prática social (ver texto da semana 1), devido principalmente ao processo de abertura política, anos 80, quando valores como a democracia e cidadania passaram a fortalecer o discurso pedagógico. Nesse sentido, considerou-se como aspecto fundamental para a formação político-social do profissional a valorização profissional, participação nas decisões da ação pedagógica e compreensão dos conceitos educacionais em relação aos valores socialmente aceitos. No que se refere à docência, essa passou a ser considerada para além da sala de aula, não sendo exclusividade da relação professor/aluno, incluindo-se, no processo, a ação educacional do contexto político e social.

Você deve grifar no seu texto o significado de especialista da educação bem como os diversos sentidos da função do pedagogo ao longo da história e as principais mudanças ocorridas.



II – ATIVIDADES DO TEXTO BÁSICO

Prezado(a) aluno(a), acesse o seguinte endereço eletrônico:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=99986



III– VÍDEO BÁSICO

Nesse endereço eletrônico você acessará o vídeo denominado “Anísio Teixeira: educação não é privilégio” (Série Educadores Brasileiros; Parte 1). Esse programa discute o importante papel da educação para a formação da sociedade brasileira.



IV – ATIVIDADES DO VÍDEO BÁSICO

Prezado(a) aluno(a),

Você deve assistir a esse vídeo e elaborar um texto em que considere a educação no período e seu importante papel para a formação da sociedade brasileira.

Poste essa atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem para a correção do seu tutor.

Valor: 10,0 pontos



V - SÍNTESE DO MÓDULO

Neste módulo, você viu:

O conceito de Pedagogia e de especialista em educação. A relação da formação do profissional da educação e a ideologia do poder dominante. Conheceu as mudanças que o curso de pedagogia sofreu ao longo da história.



IV - REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Íria (org.). **Formação de Professores: um desafio**. Goiânia: UCG, 1996.

_____. **A Formação do Professor para o Início da Escolarização**. Goiânia: UCG, 1997. (série: teses universitária)

Os textos indicados buscam apresentar um pouco da história do curso de Pedagogia e seus conceitos à partir de 1939.

Leitura complementar

BRZEZINSKI, Íria. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores**. Campinas, SP: Papyrus, 1996. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para que?** São Paulo, Cortez, 1998.

Módulo III - O contexto atual do Curso de Pedagogia: 3º modelo - a docência como base de formação

Conteúdos básicos do módulo 3

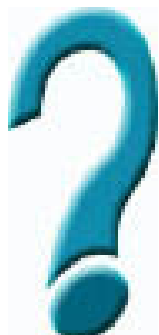
- O Curso de Pedagogia segundo a LDB nº 9394/96
- Conceito de docência
- O curso de Pedagogia e a docência sob a ótica da ANFOPE

Objetivos do módulo 3

- Conhecer o conceito de docência previsto na reforma educacional ocorrida nos anos 1990;
- Desenvolver análise crítica das funções, atribuições e organização do trabalho do pedagogo a partir da previsão de formação profissional do pedagogo segundo a LDB 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do Pedagogo;
- Apresentar o papel desempenhado pela ANFOPE em relação às novas diretrizes curriculares e a ênfase na docência como base de formação do pedagogo
- Entender o embate ideológico e político empreendido na elaboração das Curriculares Nacionais para a formação do Pedagogo.

I – TEXTO BÁSICO

3.1. O Curso de Pedagogia segundo a LDB nº 9394/96



Questão inicial:

Qual o conceito de docência no atual contexto do curso de Pedagogia? E qual o principal aspecto controverso no campo da formação do Pedagogo no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação desse profissional?



Vamos apresentar um conceito ampliado de pedagogia e o significado da docência. Como ponto de partida, considera-se a Pedagogia como o lócus principal da teoria da educação. Nesse contexto, não negamos a importância também das diversas áreas que conjunta ou separadamente buscam dar explicação para o fenômeno educativo e pedagógico, tais como a Psicologia, Filosofia, Sociologia, Antropologia, História e tantas outras ciências que marcam de forma indelével esse campo complexo com suas determinantes sociais e políticas.

Por outro lado, essa complexidade também se encontra na relação entre a prática e a teoria, fenômeno do qual se pode obter melhor compreensão a partir da consideração da pedagogia como um campo do conhecimento sobre e na educação. Assim,

Campo de conhecimento porque não se trata apenas de teorias científicas, na medida em que envolve outras formas e outros tipos de conhecimento. A pedagogia, além de constituir-se por uma abordagem transdisciplinar do real educativo, ao articular as teorias das diferentes ciências que lhe dão sustentação direta (psicologia, sociologia, história) ou indireta (biologia, antropologia, neurologia...), constitui-se, ao mesmo tempo, por uma abordagem “pluricognoscível” ao ser expressão das diferentes formas e dos diferentes tipos de conhecimento: do senso comum, da estética, da ética e da política, da empiria, da etnociência. Sacristán (1999, p.123)

Entendemos particularmente que a Pedagogia deve proceder às teorizações sobre as diversas práticas educativas, construindo teorias e saberes que sistematizados produzem conhecimentos historicamente e articulados com o ethos da formação humana em diferentes contextos sociais e políticos.

Nesse sentido, convergem para esse campo não apenas a finalidade social da educação, mas também a

intencionalidade do ato de ensinar e de aprender, a organização da prática pedagógica e a compreensão dos fenômenos da articulação dos conhecimentos produzidos e evidenciados nas ações dos educadores.

Esse conhecimento permite à pedagogia considerar-se como um campo de conhecimento prático que se associa e se constitui de diferentes formas e tipos de conhecimentos, mediados pela ética no contexto do desenvolvimento humano e preservação do bem maior que é a vida e da política, enquanto lócus de estabelecimento das relações entre os homens. Residem, portanto, nesse espaço – ética e política – em que se evidenciam a seleção e articulação dos saberes científicos, da práxis e do processo de reflexão sobre a prática e sobre o processo de construção do conhecimento pedagógico teoricamente produzido.

Portanto, vale salientar que esses conhecimentos - saberes científicos, da práxis e do processo de reflexão sobre a prática e sobre o processo de construção do conhecimento pedagógico – estão presentes na pedagogia e são inerentes a ela, constituintes da pedagogia no movimento dialético de construção e reconstrução da própria pedagogia como campo de conhecimento.

Nesse sentido, é que se estabelece também a mudança do conceito de docência.

Portanto, se considerarmos o conceito histórico da pedagogia (ver texto do material impresso da semana um) oriundo do conceito de ensino, constituinte da atividade docente, podemos afirmar que seu conceito foi ampliado e, por conseguinte, o próprio conceito da pedagogia.

Portanto, segundo Franco (2003, p.76), ao reivindicar a pedagogia como ciência da educação, considera a necessidade de ampliar o “sentido de ciência, considerando novos pressupostos epistêmicos, compatíveis com a essencialidade do fenômeno educativo delimitado como objeto” e de

[...] partir de uma nova dimensionalidade à questão de sentido do científico;(...) superar os limites impostos pela racionalidade moderna e adentrar em pressupostos que contemplem a dialeticidade e a complexidade inerentes ao objeto em questão (p.77).

Adentrar em pressupostos que contemplem a dialética e a complexidade do objeto de estudo da pedagogia implica ampliá-la como campo de conhecimento, a partir dos seus componentes científicos, submetidos à vigilância rigorosa da ética e da política.

Libâneo (2000) entende que na singularidade da situação de ensino, o saber da experiência é produzido por uma prática mediada por leis explicativas e “universais” e, se toda atividade prática tem referência teórica multiconstituída em elementos de diferentes procedências, conseqüentemente não ocorre nessa atividade a transferência pura e integral de teorias sistematizadas previamente. Ainda de acordo com Franco (2003), cabe à pedagogia transformar:

[...] o senso comum pedagógico, a arte intuitiva presente na práxis, em atos científicos, sob a luz de valores educacionais, garantidos como relevantes socialmente, em uma comunidade social. Seu campo de conhecimentos será formado pela intersecção entre os saberes interrogantes das práticas, os saberes dialogantes das intencionalidades da práxis e os saberes que respondem às indagações reflexivas formuladas por essas práxis. (p.85).

3.2 Conceito de docência

Para Teresinha Rios (2003), a docência possui três dimensões de competência que estão articuladas entre si: a dimensão técnica, a dimensão estética e a dimensão ética e política.

A dimensão estética refere-se à prática docente no aspecto em que busca trazer luz à subjetividade do professor que é “constituída na vivência concreta do processo de formação e de prática profissional” (p. 98). Assim,

[...] é um animal simbólico. Isto significa que a racionalidade não é algo isolado, mas estreitamente articulado a outras capacidades, outros instrumentos que tem o homem para interferir na realidade e transformá-la. Nesse sentido, a imaginação, a sensibilidade são elementos constituintes da humanidade do homem... (RIOS, 2003, p. 98).

Em Pimenta (2004) encontra-se também o conceito docência dividido em três grandes grupos: a experiência, o conhecimento e os saberes pedagógicos. Ela considera os saberes da experiência fundamentais para a

formação de professores, sejam eles trabalhados formalmente ou na relação de trocas no contexto informal de trabalho.

Pimenta salienta, no entanto, que os saberes oriundos da experiência devem ser trabalhados junto aos demais saberes na formação de professores e ainda que cabe ao professor, durante o tempo de exercício profissional, ampliá-lo e submetê-lo à condição de um processo permanente de reflexão da própria prática “que os coloque em condições de gerir novas práticas”(p.11).

Assim, podemos verificar que a importância dos saberes docentes oriundos da prática profissional já são parte integrante dos currículos de formação de professores e do próprio curso de pedagogia. Assim,

[...] juntamente com seu saber, sua cultura individual e coletiva, o professor leva consigo para a sala de aula sua história de vida e sua visão de mundo. A forma de conduzir os conhecimentos específicos de sua área de estudo, a relação com os alunos e a avaliação que utiliza passa pela visão de ciência que possui, pela concepção de aluno, de escola e de educação que acumulou no decorrer das experiências vivenciadas (LIMA E PIMENTA, 2004, p.157).

Portanto, compreendemos para efeito desse módulo que a pedagogia tem como foco principal a educação escolar, pois conforme afirma Saviani,

[...] em relação à educação extra-escolar, a forma mais desenvolvida, mais avançada. E como é a partir do mais desenvolvido que se pode compreender o menos desenvolvido e não o contrário, é a partir da escola que é possível compreender a educação em geral e não o contrário. (SAVIANI,1988, p.6)

Vale salientar que é importante destacar que o conceito ampliado de pedagogia, como campo do conhecimento sobre e na educação, embora concebido a partir da educação escolar, apresenta-se com possibilidade de facilitar não apenas a interpretação e intervenção dos processos educativos que ocorrem na escola, mas também daqueles que ocorrem em espaços não-escolares.

3.3 O curso de Pedagogia e a docência sob a ótica da ANFOPE

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE trouxe para o debate sobre a educação e especialmente no que se refere à formação do Pedagogo a questão da Base Comum Nacional, conceito esse que fortaleceu sobremaneira o status quo epistemológico da Pedagogia.

O que é, portanto, o conceito de Base Comum Nacional? Concepção básica de formação do educador e a definição de um corpo de conhecimento fundamental. (CONARCFE 1988). Assim concebe-se que todos os cursos de formação de professores deverão ter uma base nacional comum, tendo em vista que todos são professores e sua base é a docência que se constitui como a identidade profissional de todo educador.

Portanto, esse profissional, conforme consideramos no Módulo IV, atua no contexto ético e político e possui domínio dos saberes científicos e pedagógicos. Portanto, revela os aspectos concernentes à reflexão e ação de formação dialética.

Essa base de formação foi reiterada também por diversas Instituições de Ensino Superior, bem como por entidades representativas tais como ANPED, CEDES, ANPAE, Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e naturalmente pela ANFOPE.

Vale salientar que o compromisso da ANFOPE e das entidades representativas buscou reformular o curso de Pedagogia a partir do compromisso público da defesa da qualidade da educação básica e conseqüentemente da formação do educador.

Porém, seu campo maior de embate foi a tendência de não afirmar uma formação exclusiva para o mercado de trabalho, mas considerar na formação do Pedagogo os aspectos éticos e políticos com suas respectivas dimensões.

É preciso também considerar que o risco de se atribuir o papel de docente ao Pedagogo poderá, conforme

afirma Libâneo e Pimenta, 1999

“Com efeito, o princípio que se tornou o lema e o apelo político da Anfope é conhecido: a docência constitui a base da identidade profissional de todo educador, todos os cursos de formação do educador deverão ter uma base comum: são todos professores. Conforme já afirmamos, esse princípio levou à redução da formação do pedagogo à docência, à supressão em alguns lugares da formação de especialistas (ou do pedagogo não diretamente docente), ao esvaziamento da teoria pedagógica em virtude da descaracterização do campo teórico-investigativo da pedagogia e das demais ciências da educação, à retirada da universidade dos estudos sistemáticos do campo científico da educação e, em consequência, da formação do pedagogo específica na área e para o exercício profissional” (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999:249).

Dessa maneira, opta-se para essa discussão pela concepção mais ampla do conceito de docência no contexto da formação do Pedagogo, conforme já salientado nos módulos anteriores. Consideramos assim que a ação educativa e a ação docente são inseparáveis, pois se originam do processo de ação e reflexão e com isso podem fortalecer a identidade do profissional desse campo de conhecimento.

Logo, a docência, entendida no seu sentido teórico-prático ampliado e historicizado, traz em si, potencialmente, a possibilidade de favorecer o trabalho coletivo em prol de um projeto de educação/ensino e de sociedade, em que os valores da democracia, equidade, justiça e solidariedade pesem diante do pragmatismo e utilitarismo instrumental exacerbados no mundo (AGUIAR, 2008).

A docência concebida, assim, na complexidade da ação educativa, do trabalho pedagógico, é a base da formação no curso de Pedagogia, o que permite compreender com mais clareza as mais diversas práticas pedagógicas (como práticas sociais que são), quer formais, quer informais. Isto porque a compreensão e o exercício da docência envolvem múltiplas relações: pedagógicas, comunicativas, interativas, cognitivas, psicológicas, afetivas, estéticas, bem como ético-morais, políticas e sócio-culturais entre sujeitos determinados (MELO, 2004).



II – ATIVIDADES DO TEXTO BÁSICO

Considerando o texto básico e o texto complementar você deverá elaborar um texto dissertativo explicando a mudança na formação especialista da Educação à partir da Reforma Universitária ocorrida por meio da Lei 5.540/1968 e demais legislações regulamentadoras da profissão do pedagogo e do docente especificamente. Poste essa atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem para a correção do seu tutor.

Valor: 10,0 pontos





III – LEITURA COMPLEMENTAR

Prezado(a) aluno(a), para ampliar as informações sobre os saberes trabalhados no módulo III e complementar o estudo realizado, você deverá acessar os seguintes sites:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_064.html

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200002&lng=pt&nrm=iso

Nesses endereços eletrônico você deverá ler os texto indicados para complementar o texto básico que por sua vez poderá contribuir para a resolução da atividade de elaborar texto dissertativo explicando a mudança na formação especialista da Educação à partir da Reforma Universitária ocorrida por meio da Lei 5.540/1968 e demais legislações regulamentadoras da profissão do pedagogo e do docente especificamente.



IV - SÍNTESE DO MÓDULO

Nesse módulo, você viu:

A ampliação do conceito de Pedagogia e de Docência bem como leu os textos indicados nos link que tratam das diretrizes curriculares do curso de Pedagogia e sua relação com a docência. Conheceu também a concepção de formação do profissional da educação, segundo a ANFOPE e a concepção de docência na atual DCN do Curso de Pedagogia;



V - REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Íria (org.). **Formação de Professores: um desafio**. Goiânia: UCG, 1996.

_____. **A Formação do Professor para o Início da Escolarização**. Goiânia: UCG, 1997. (série: teses universitárias)

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11ª ed. São Paulo: Autores Associados, CASTRO, Magali. **Curso de Pedagogia: Novos Questionamentos em torno de Uma Velha Identidade. Ensaio Oral Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, vº 9, nº 31, 2001.

BRZEZINSKI, Íria. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores**. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico).

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas: Papirus Editora, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Fundamentos Teóricos e Práticos do Trabalho Docente – Estudo Introdutório Sobre Pedagogia e Didática**. Tese de Doutorado. PUCSP, 1990.

_____. **Educação: pedagogia e didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional**. In PIMENTA, S.G. (org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para que?** São Paulo, Cortez, 1998.

PIMENTA, S.G. **Formação de Professores: identidade e saberes da docência**. In PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

_____. **De Professores, Pesquisa e Didática**. Campinas: Papirus, 2002.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

RIOS, T.A. **Compreender e Ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

SACRISTÁN, J.G. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Contribuição à elaboração da nova LDB: um início de conversa**. Revista da ANDE, 13:5-14, 1988.

Módulo IV - O pedagogo e o redimensionamento da organização do trabalho escolar em uma perspectiva de reflexão sobre a prática

Conteúdos básicos do módulo 4

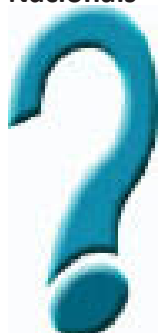
- As novas diretrizes curriculares: a docência como base de formação
- O Projeto de reformulação do Curso de Pedagogia da UFU – de 1986 aos dias atuais

Objetivos do módulo 4

- Conhecer como as mudanças do curso de pedagogia redimensionaram a organização do trabalho do pedagogo na escola, por um lado, e como essa mudança contribuiu para a reflexão sobre a prática docente; por outro.
- Conhecer como ocorreu a reformulação do Curso de Pedagogia da UFU – de 1986 aos dias atuais.
- Entender os aspectos principais sobre a docência no curso de Pedagogia e os embates políticos na determinação do locus de atuação desse profissional.
- Analisar o redimensionamento da formação do pedagogo em relação ao impacto das mudanças do mundo do trabalho na exigência de formação profissional;
- Compreender como ocorre a ilusão de neutralidade no campo político ideológico da pedagogia, imposta pelo neoliberalismo na configuração dessa área como formação reducionista tecnicista.

I – TEXTO BÁSICO

4.1. A organização do trabalho escolar e a formação do pedagogo conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais



Questão inicial:

Qual o principal aspecto controverso no campo da formação do Pedagogo no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação desse profissional? O que muda na organização do trabalho escolar, a formação prevista nas DCNs para o profissional Pedagogo?



Chegamos ao último módulo da disciplina POTP1 e já possível afirmar que o curso de Pedagogia, na configuração atual está voltado para a formação de professores da educação básica, sendo que pode ocorrer, concomitante a essa formação, a formação do Orientador Educacional, do Supervisor Escolar, Administrador e Inspetor Escolar e ainda formação em áreas específicas tais como a da Educação Especial.

No entanto, ainda se percebe que em várias IES, a grade curricular contempla uma formação generalista, algumas conservam as habilitações citadas anteriormente. Atualmente, frente às discussões sobre a real função do Pedagogo na escola, e por que não dizer na sociedade, é que se está retomando o debate em torno da identidade desse profissional. De acordo com Libâneo,

(...) a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. (2000, p. 22).

Assim percebemos que a Pedagogia dispõe de um campo vasto de atuação, pois o ato educativo pode estar presente em várias instâncias da sociedade, não se restringindo apenas à Pedagogia escolar. A pedagogia, enquanto ciência da educação, como comenta Libâneo (2000), também necessita de outras áreas do conhecimento para compreender e interpretar o fenômeno educativo, tais como a Sociologia, a Filosofia, a História, a Psicologia, entre outras.

Porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, aprovada em 1996, trouxe, mais uma vez à discussão, a definição da função do curso de pedagogia, ao tratar, no artigo 62, da formação de professores

para a educação básica, que poderia ser realizada em instituições de ensino superior, além das Universidades. O artigo 63 da lei inclui, dentre as tarefas dessas instituições, a manutenção do curso Normal Superior. Dessa forma, o MEC solicitou às universidades que iniciassem a formulação de propostas de acordo com a interpretação dos artigos 62 a 64 da nova LDBEN, as quais deveriam ser encaminhadas à Comissão de Especialistas do curso de Pedagogia. Em 1998, a ANFOPE formulou sua proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de formação de profissionais de Educação, defendendo a manutenção do curso de pedagogia, buscando a superação da fragmentação de suas habilitações e tendo a docência como base da identidade profissional de todos os profissionais de educação.

Assim, o curso de graduação em Pedagogia oferece ao pedagogo formação integrada para exercer a docência nas séries iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Infantil e nas disciplinas pedagógicas dos cursos de formação de professores e para atuar na gestão dos processos educativos escolares e não escolares, bem como na produção e difusão do conhecimento do campo educacional. (FORUMDIR, 2003).

O documento do FORUMDIR, que fundamentou a proposta de formação do Pedagogo presente nas DCNs, destaca ainda que o pedagogo seria o profissional que estaria voltado a uma práxis transformadora, objetivando a emancipação profissional e humana dos sujeitos, considerando que a tríade domínio de saberes-transformação de saberes atuação ética é indiscutivelmente inseparável nos processos de formação desse profissional.

Ressalta-se no documento que o curso de Pedagogia deve ter: sólida formação teórica, inter e transdisciplinar; interação teoria-prática; a pesquisa como princípio formativo; gestão democrática e trabalho coletivo; compromisso social, ético, político e técnico profissional; articulação entre a formação inicial e continuada, como também avaliação permanente e contínua. Destaca-se ainda uma formação ampla do pedagogo, com conteúdos articulados em núcleos de formação, o que necessitaria que as instituições reorganizassem suas propostas pedagógicas para atender a esse caráter integralizado e, ao mesmo tempo, aprofundado dos conhecimentos em um período de 4 anos, com um mínimo de 3.200 horas totais para integralização da carga horária do curso de Pedagogia. Dessa forma, o pedagogo atuaria em áreas que estariam articuladas ao longo do curso, as quais estariam de acordo com a proposta do Seminário:

a) Docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, como também na educação especial, na educação indígena, na educação de jovens e adultos, na educação do campo, em organizações não-escolares públicas ou privadas;

b) Gestão educacional, entendida em uma perspectiva democrática, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, à supervisão, à inspeção, à orientação educacional e à avaliação em contextos escolares e não-escolares.

c) Produção e difusão do conhecimento do campo educacional.

Percebe-se, desta forma, que a proposta pretende superar a visão dicotomizada da formação do pedagogo, propondo uma sólida formação que dê subsídio ao educador para trabalhar em diferentes contextos, já que sua formação lhe dará um norte, principalmente em relação à pesquisa que é ponto crucial para que o educador esteja em constante processo de construção do conhecimento.

Pensar o curso de Pedagogia sem antes buscar retratar o contexto da criação da Universidade brasileira seria fragmentar ou, pelo menos, tratar de uma parte de sua história. No entanto, sabe-se que o curso de Pedagogia, no decorrer de sua história, sofreu modificações de acordo com as regulamentações e decretos-lei que buscavam, naquele determinado momento, atender a uma necessidade da sociedade em termos de formação dos profissionais da educação.

Embora não se tenha até o momento uma proposta aprovada pelo CNE, as instituições de ensino superior e entidades discutem acirradamente, a cada encontro que promovem, sobre qual seria a melhor formação para o pedagogo, descartando a fragmentação que resulta, obviamente, na dicotomização das atividades dos educadores, além de não propiciar uma formação mais crítica e a construção do conhecimento.

4.2 Organização do Trabalho Escolar

Por outro lado, mudanças ocorridas na sociedade, tais como o rápido avanço científico e tecnológico que impactou os modos de aprender e ensinar e ainda, em outro sentido, a pressão social e política para o aumento do alcance da educação regular determinado pela legislação, especialmente a escola pública, têm assumido diversos papéis que antes não constavam de sua responsabilidade, ou seja: suporte assistencialista no sentido de encaminhamento e acompanhamento de crianças para conselhos tutelares, assistentes sociais e até acompanhamento judicial, participação da comunidade escolar em projetos sociais e comunitários, envolvimento de escolas públicas em projetos de arrecadação de recursos financeiros para a própria escola, encaminhamento de crianças para psicólogos, psicoterapeutas, psicopedagogos, dentre outros. Aliada a essas responsabilidades adiciona-se a responsabilidade de garantir a frequência escolar do aluno, tendo em vista os programas sociais envolvidos, cotas de aproveitamento e aprovação escolar, índices de avaliação intra e extra-escolar, capacitação docente permanente, organização de recursos humanos na escola e ainda a garantia do sucesso escolar dos alunos medida pelo grau de inserção no mercado de trabalho e na continuidade dos estudos.

No entanto, há uma desproporção considerável entre o aumento das responsabilidades que a escola tem assumido e a estrutura física da escola, formação de recursos humanos adequados e ainda ajuste no papel organizacional .

Com a democratização do acesso à escola pública, esta passa a apresentar condições cada vez piores de funcionamento [...]. A rede pública passa, então, a atender uma população totalmente diversa daquela à qual estava habituada a servir, só que, agora sob precárias condições de funcionamento [...] (PARO, 2006, p. 86).

Parece-nos que esses aspectos têm desorganizado o trabalho e a função do pedagogo no contexto escolar e ainda provocam um esvaziamento das funções desse profissional que, não raras vezes, passa a atuar em setores da escola sobre os quais não possui formação ou preparo profissional.

Em outro sentido, a organização do trabalho pedagógico na escola pública se reveste principalmente de atividades eminentemente burocráticas que provocam a indefinição nessa área de formação ou até mesmo dispersão. Mesmo que na escola o norte seja dado pelo Projeto Político-Pedagógico e pelo Regimento Escolar, documentos fundamentais para legitimar as atividades desenvolvidas, ainda há incipiência, ao nosso ver, de estudos ou pesquisas que possam verificar os resultados de suas implementações na organização do trabalho pedagógico do pedagogo.

Percebe-se também que a atuação do pedagogo parece concentrar-se no cotidiano, na busca de soluções de conflitos inesperados que, por sua vez, absorvem quase que completamente o tempo, levando-o ao cansaço físico e emocional. Diante disso, a atividade central do pedagogo fica delegada a uma posição inferior de prioridade, ou seja, o apoio técnico-pedagógico para a efetivação do ensino - aprendizagem.

Daí a tendência a secundarizar a escola, esvaziando-a de sua função específica, que se liga à socialização do saber elaborado, convertendo-a numa agência de assistência social, destinada a atenuar as contradições da sociedade capitalista (SAVIANI, 2005, p. 99).

Assim, a dispersão e as múltiplas funções atribuídas ao pedagogo, tais como ocorrências disciplinares, infracionais e administrativas, ocupam a maior parte do tempo que poderia ser estendido para a organização e acompanhamento do trabalho pedagógico. Para Pimenta (1995, p.177),

[...] a situação precária da instituição escolar hoje coloca um conjunto de problemas cotidianos desde turnos numerosos, quadro de professores que não comporta substituição (quando falta um ou mais professores, não há como substituí-los), manutenção do prédio em condições deficitárias, falta de material didático, distribuição da merenda, problemas administrativos de toda ordem, até questões de violência. Tal quadro exige dos especialistas, quando estes existem na escola, que se incumbam da solução dos problemas imediatos.

Portanto, entendemos que é preciso definir os papéis na escola, fundamentá-los a partir de referencial teórico consistente, considerar a importância da articulação das funções e também da visão ampliada do contexto escolar nessa definição. Somente assim é possível situar a importância da função de cada um dos elementos participantes do processo educacional, de forma articulada e coletivamente. Considera-se que o pedagogo seja esse elemento que poderá realizar a articulação na organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente a efetivação das propostas, tendo em vista a especificidade da sua formação, ou seja, global – garantindo a compreensão de todo o processo de gestão escolar – e, específico – garantindo a sua atuação nas atividades inerentes à função técnica exercida na escola. Dessa forma, esse profissional seria visto como o articulador do processo ensino - aprendizagem, de forma a garantir a consistência das ações pedagógicas e administrativas.

SAVIANI, 1985 afirma que o pedagogo é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que ocorre no interior das escolas e que decorre também daí a necessidade de um espaço organizado de forma sistemática com o objetivo de possibilitar o acesso à cultura erudita.

Pimenta (1985, p. 34), reforça a importância do pedagogo no trabalho coletivo da escola:

A prática na escola é uma prática coletiva. – os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico – político de emancipação das camadas populares), seja nas tarefas que ajudem o(s) professor(es) no ato de ensinar, pelo conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também da articulação entre os diversos conteúdos e na busca de um projeto – político coerente.

Portanto, o pedagogo deverá articular coletivamente as ações na escola, de forma, que todos os envolvidos no processo ensino - aprendizagem, possam ter conhecimento de todas as funções que são exercidas na escola e também competência para direcionar as ações assumindo com responsabilidade a sua área ou função específica. Dessa forma, o pedagogo não será o multitarefeiro, cumpridor de tarefas alheias à sua função, mas desenvolverá um trabalho de “assessoria ao processo ensino - aprendizagem, desenvolvido na relação professor - aluno” (PIMENTA, 1985, p. 35).

É preciso ter clareza que a delimitação de papéis na escola não significa a fragmentação de funções, pelo contrário significa compreensão verdadeira e reconhecimento de que há papéis distintos a serem exercidos na escola. Porém, a distinção não revela ou deve revelar fragmentação, compartimentalização da atividade escolar e sim que há tomada de consciência em prol de uma luta comum, a partir da direção coletiva, na qual os resultados emergirão através da prática de cada um que, conseqüentemente, retornará ao coletivo de forma positiva ou negativa, dependendo do comprometimento do grupo no desenvolvimento das ações.

É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. Assim, a luta pela participação coletiva e pela superação dos condicionantes deve compor um só processo, de modo que avanços em um dos campos provoquem avanços no outro, de forma contínua e interdependente (PARO, 2006, p. 27).

Por isso, a prática administrativa e pedagógica deve orientar-se por propósitos definidos intencionalmente de forma sistemática, garantindo a concretização das ações pelo coletivo escolar.



II – ATIVIDADES DO TEXTO BÁSICO

Prezado (a) aluno(a),

Você concluiu a leitura do texto básico, portanto deverá se organizar para a avaliação da disciplina considerando neste texto a organização do trabalho do pedagogo à partir do disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, portanto deve refletir sobre esses conceitos pois serão fundamentais para os demais módulos.

Poste essa atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem para a correção do seu tutor.



III – LEITURA COMPLEMENTAR

Você deverá ler o texto: Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação que tem como organizadora Márcia Angela da S. Aguiar no link:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300010&lng=pt&nrm=iso



IV – ATIVIDADES DA LEITURA COMPLEMENTAR

Após a leitura do texto complementar:

E responda a seguinte questão a ser discutida no Fórum desta semana e envie para o seu Tutor: Qual o conceito de docência no atual contexto do curso de Pedagogia?

Valor: 5 pontos

V– ATIVIDADES SUPLEMENTARES

Prezado(a) aluno(a),

Você deverá ler todos os textos indicados na leitura complementar, destacando os aspectos principais sobre a docência no curso de Pedagogia e os embates políticos na determinação do lócus de atuação desse profissional. Tenha como roteiro para a discussão no fórum a seguinte questão: qual o principal aspecto controverso no campo da formação do Pedagogo no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação desse profissional?

Participe do fórum, ele é fundamental para que você possa trocar ideias com seus colegas de curso e tutor, ampliando, assim, seus saberes e tendo uma melhor preparação para a realização das provas e atividades avaliativas.

Valor: 5 pontos



VI - SÍNTESE DO MÓDULO

Nesse módulo você viu:

O redimensionamento da formação do pedagogo. Percebeu o impacto das mudanças do mundo do trabalho e da exigência para a formação profissional, bem como percebeu a importância do pedagogo na organização do trabalho escolar, por um lado, e, por outro, a necessidade da redefinição dos papéis exercidos pelo pedagogo na escola.



VII - REFERÊNCIAS

- ANFOPE; ANPED; CEDES; FORUMDIR. **Documento final do VII Seminário Nacional sobre a Formação dos Profissionais da Educação**. Brasília, 07 de junho de 2005.
- BEHRENS, M. A. A formação pedagógica e o desafio do mundo moderno. In: MASETTO, M. (Org.) **Docência na universidade**. Campinas: Papyrus, 1998.
- CORRÊA, R. L. T. Políticas neoliberais, conhecimento e educação. In: **Revista Diálogo Educacional**. Puc-PR. Curitiba, v.4, n.9 (maio/agosto de 2003).
- CHAUÍ, M. A Universidade hoje (Cap. 7). In: CHAUÍ, M. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Projeto de resolução que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Pedagogia**. Brasília, DF, março de 2005.
- CUNHA, L. A. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, 1989.
- FÓRUM DE DIRETORES DE FACULDADES DE EDUCAÇÃO. **Minuta de Proposta de Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia**. Porto Alegre, Dezembro de 2003.
- GIROUX, H. Os professores como intelectuais transformadores. (cap. 9). In: GIROUX, H. **Os professores como intelectuais rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2000.
- MASETTO, M. O professor universitário: um profissional da educação na atividade docente. In: MASETTO, M. (Org.) **Docência na universidade**. Campinas: Papyrus, 1998.
- SILVA, C. S. B. da. **O curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SINGER, P. A universidade no olho do furacão. In: **Dossiê educação**. Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, vol 15, n. 142, maio/agosto, 2001. (p. 305 a 316)
- XII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. **Reunião da Anfope**. Curitiba, 29 de agosto a 1º de setembro de 2004.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3.ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2006.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Pedagogo na Escola Pública**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- _____. **Orientador Educacional ou Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n. 9, p. 29-37, 1985.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 38.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- _____. **Pedagogia Histórico – Crítica: primeiras aproximações**. 9.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- _____. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n. 9, p. 27-28, 1985.